

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.270.901 - SP (2018/0072783-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : P T S DA C C
ADVOGADO : PEDRO FELÍCIO ANDRÉ FILHO - SP188163
EMBARGADO : N M H DA S
ADVOGADO : CIRVAL CORREIA DE ALMEIDA - SP270856
INTERES. : W C DE M N
ADVOGADO : SERGIO DA COSTA BARBOSA FILHO - SP136516

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, opostos por P T S DA C C em face de decisão monocrática da lavra deste signatário, acostada às fls. 1.505/1.507 (e-STJ), que não conheceu do agravo em recurso especial interposto ante a ausência de impugnação aos fundamentos do *decisum* de inadmissibilidade.

Irresignado, o ora embargante defende, em síntese, omissão no julgado, o qual não indicou, expressamente, quais os fundamentos não teriam sido impugnados.

Impugnação às fls. 1.519/1.522 (e-STJ), na qual o embargado pleiteia a manutenção do *decisum* monocrático e a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/15.

É o relatório.

Decide-se.

1. Nos estreitos lindes do art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontráveis em decisão, ou acórdão.

A parte alega que a decisão embargada não indicou expressamente quais os fundamentos que não teriam sido impugnados no agravo em recurso especial.

Da simples leitura do julgado ora embargado, vê-se, nitidamente, quais foram os fundamentos tidos por não impugnados, conforme se vê em trecho a seguir destacado, confira-se:

1. O agravante não impugnou, especificadamente, os fundamentos a seguir:
1) a simples transcrição de ementas não basta para caracterização do dissídio; 2) ausência de cotejo analítico e da demonstração da similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento da divergência jurisprudencial.

Em sendo assim, ausentes quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/15, é de rigor a manutenção do *decisum* ora atacado.

2. No mais, deve ser afastada a majoração dos honorários advocatícios realizada pela decisão ora embargada.

Na presente hipótese, a sentença, ainda prolatada sobre a égide do CPC/1973, ao julgar improcedente a pretensão autoral e a reconvenção, estabeleceu a sucumbência recíproca, com a compensação da verba honorária, veja-se:

Superior Tribunal de Justiça

(i) julgo IMPROCEDENTES, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, os pedidos iniciais deduzidos pela autora em face da ré; e (ii) julgo EXTINTA, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a reconvenção, com fundamento no artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Considerando a sucumbência recíproca das partes, as custas e as despesas processuais serão rateadas e os honorários de sucumbência compensados, a teor do artigo 21 do Código de Processo Civil.

Dessa forma, é de rigor a reforma do julgado monocrático, no tocante à majoração dos honorários, visto que esta Corte Superior possui o entendimento no sentido de ser incabível a aplicação do art. 85, § 11, do CPC/15 quando há sucumbência recíproca, como é o caso dos autos.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. FIXAÇÃO NA ORIGEM. AUSÊNCIA. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).
2. Nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, é possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.
3. Havendo sucumbência recíproca, em que cada parte se responsabiliza pela remuneração do seu respectivo patrono, sem a fixação expressa de valores, é incabível a majoração dos honorários advocatícios com base no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.
4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1340890/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 21/05/2019)

Ressalte-se, ainda, que a questão relativa aos honorários recursais, por ser matéria de ordem pública, pode ser conhecida a qualquer momento e até mesmo de ofício, sem que isso configure *reformatio in pejus*.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. CONSECUTÓRIOS DA CONDENAÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. REFORMATIO IN PEJUS. NÃO CARACTERIZAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Conforme constou da decisão agravada, a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que os honorários advocatícios, enquanto consecutórios legais da condenação principal, possuem natureza de ordem pública, podendo ser

Superior Tribunal de Justiça

revistos a qualquer momento e até mesmo de ofício, sem que isso configure reformatio in pejus. Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1722311/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 28/06/2018)

Nesse contexto, resta prejudicado o pedido de esclarecimento formulado na PET 00633916/2019 (fls. 1.510/1.511, e-STJ).

3. Por fim, deve ser rejeitada a pretensão da parte embargada no sentido de aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/15.

Com efeito, a interposição de recursos cabíveis não implica, automaticamente, na imposição de multa, devendo ser demonstrado o caráter protelatórios dos embargos, o que não é o caso dos autos.

Desde já, entretanto, advirta-se que a utilização de expedientes protelatórios poderá ensejar a aplicação das penalidades legais.

4. Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração e, de ofício, afasta-se a condenação em honorários recursais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator